

# A importância do uso na preservação da obra de arquitetura<sup>1</sup>

Cyro Corrêa Lyra

*A obra arquitetônica, por ser uma arte eminentemente utilitária, necessita ser continuamente usada para sobreviver. As ruínas, em sua maioria, são testemunhos de edifícios que ficaram ociosos. A readaptação é uma das soluções para preservar a obra de arquitetura de valor cultural, mas ela deve atender à vocação específica da tipologia arquitetônica a que pertence o monumento.*

*Patrimônio, preservação, uso.*

***A gratuidade pura que pode existir na música, na pintura, na literatura e na poesia é totalmente estranha ao campo da arquitetura. Na verdade, a arquitetura também pode ser objeto de pura contemplação gratuita, mas nesse caso particular encontra-se totalmente destituída de um atributo essencial: a sua natureza necessariamente funcional.<sup>2</sup>***

A maioria dos edifícios antigos deve sua longevidade ao fato de ter sido continuamente utilizada. Ao longo de sua história, porém, eles sofreram alterações para atender a novas funções, que, não raras vezes, resultaram na modificação de sua aparência. O que hoje conhecemos é, freqüentemente, o resultado de sucessivas adaptações que possibilitaram sua sobrevivência.

Observando a história da arquitetura, percebe-se que, enquanto a noção de valor histórico não se incorporou à construção das nacionalidades, a destruição dos edifícios considerados sem função era uma prática generalizada e se, por acaso viessem a ser reciclados, as modificações eram feitas exclusivamente em nome da reutilização do edifício, acarretando freqüentemente perdas irreversíveis.

Na Roma renascentista, por exemplo, era comum a retirada dos materiais nobres dos templos e palácios da Antigüidade para reaproveitamento em novas edificações, pavimentação urbana ou mesmo para transformação em cal.

Do Coliseu, o mais imponente dos monumentos romanos, durante séculos, foram

extraídas toneladas de mármore *travertino*, para servir de material de construção para inúmeras outras edificações. Seu desmonte quase foi interrompido no final do século 16, quando o Papa Sisto V propôs a adaptação do monumento a uma tecelagem de lã conjugada com habitações para os operários.<sup>3</sup> O projeto não foi realizado, e a dilapidação continuou, só vindo a cessar dois séculos depois, quando o local foi consagrado à memória dos mártires cristãos, por Bento XIV<sup>4</sup> – só foi salvo, portanto, porque lhe reconheceram um sentido, uma nova função, a de rememoração.<sup>5</sup>

Felizmente muitas edificações que perderam sua função original não foram dilapidadas nem demolidas, mas reaproveitadas para novos usos, ou seja, adaptadas para atendimento a novas necessidades. Adquiriram valor 'de contemporaneidade' (*Gegenwartswerte*), ou seja, adquiriram a "capacidade de satisfazer aquelas necessidades que às novas criações modernas poderia satisfazer de maneira similar (quando não melhor)".<sup>6</sup> Sobreviveram pelo reconhecimento de um "valor terreno de uso, relativo às condições materiais de utilização prática dos monumentos...".<sup>7</sup>

Por outro lado, a incapacidade de responder a novas necessidades condenou magníficas edificações ao desaparecimento. As ruínas cuja importância como testemunho só veio a ocorrer no final do século 19, têm 'histórias de vida' semelhantes: foram edifícios que, em certo momento, ficaram ociosos. Perdendo sua função, entraram em processo de decadência física, reduzindo-se a ruínas, testemunhos materiais de arquiteturas mortas e não mais restauráveis.

Em Roma, poucas edificações da Antigüidade não se arruinaram, mantendo-se razoavelmente íntegras, ao menos em seu exterior. A razão dessa sobrevivência reside no fato de terem sido adaptadas, ao longo de sua história, a usos diversos daqueles para os quais foram concebidas. São exemplos notáveis a igreja católica que foi, originalmente, o *tepidarium* das Termas de Diocleciano,<sup>8</sup> a conversão em

habitação coletiva do teatro de Marcelo e a adaptação em torre de defesa do mausoléu de Cecília Metela, na Via Ápia.

No Brasil verifica-se também o desaparecimento ou o arruinamento de importantes edifícios devido à perda de sua função original. São exemplos significativos as fortificações de defesa do território e os conventos construídos no período colonial. A arquitetura militar teve um ciclo de existência finito: iniciou-se em 1549, com a construção da primeira obra fortificada de defesa de Salvador, conhecida como Trincheira do Mar, e chegou ao fim com a edificação, em 1914, do Forte de Copacabana.<sup>9</sup>

O número de fortificações construídas naquele período não foi ainda precisado, sendo estimado em mais de 400. Desse patrimônio, um pouco mais de uma centena subsistiu, 44 reconhecidas como bens culturais de valor para a história nacional.<sup>10</sup>



Quando o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procedeu ao tombamento de arquitetura militar verificou que as obras que se encontravam em uso apresentavam bom estado de conservação. Por outro lado, a desativação de outras tinha provocado seu arruinamento, perdendo suas condições de ser restauradas ou reutilizadas. Somente algumas fortificações, apesar de abandonadas por falta de função, puderam ser restauradas e reutilizadas, como as fortalezas do litoral catarinense.

Diferentemente do que ocorreu com a arquitetura militar, os antigos conventos não tiveram sua obsolescência decretada pelo desaparecimento das razões de sua existência. O que aconteceu com a maioria deles foi um esvaziamento progressivo. Essas construções, feitas para abrigar congregações numerosas, a partir do final do século 19, foram-se esvaziando, tornando-se sua manutenção excessivamente onerosa para as ordens

religiosas. Tal como as fortificações, alguns conventos foram abandonados e arruinaram-se, como o de Santo Antonio de Paraguaçu, na Bahia, e o de São Boaventura, em Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro. Outros, porém, foram reciclados para a função hoteleira, como ocorreu com os antigos conventos carmelitas de Salvador e Cachoeira. (imagem de abertura)

Um dos fatores que contribuíram para a preservação de edifícios antigos foi a continuidade de uso. Exemplo extraordinário é a história de antiga chácara situada em Niterói, tombada pelo Iphan em 1974, atendendo à solicitação de sua proprietária.<sup>11</sup> Concluída sua construção em 1872, a casa, conhecida como Solar do Jambeiro, manteve seu uso residencial por 125 anos. Só após o falecimento de Lúcia Falkenberg, a antiga chácara passou a domínio público mediante desapropriação realizada pela Prefeitura Municipal de Niterói com o objetivo de preservação do imóvel.<sup>12</sup>





Observe-se, contudo, que, se a adaptação pode dar nova vida ao edifício, pode também contribuir para sua ruína. Exemplo clássico é o que sucedeu no século 16 com o Partenon, o mais extraordinário dos monumentos helênicos, durante a dominação turca, quando a Acrópole foi convertida em cidadela, e o Partenon, em paiol de pólvora. Atingido durante uma batalha pelos canhões dos navios venezianos que sitiavam Atenas, o paiol explode e o antigo templo se arruína.<sup>13</sup> O pragmatismo dos governantes que levou o Partenon à ruína não tem sido, porém, o único fator determinante do 'abuso' dos edifícios. Há causas mais complexas, como motivos de ordem ideológica. Foi o que ocorreu na França, em finais do século 18, nos primeiros anos pós-revolucionários, quando catedrais e igrejas foram convertidas para as mais inusitadas funções, como paióis de munição, depósitos de salitre ou de sal, mercados, prisões e quartéis.<sup>14</sup>

No Brasil, os exemplos de destinação inadequada não são poucos e remontam ao período colonial, como foi o caso do Palácio das Duas Torres, construído pelo Conde Maurício de Nassau, quando do domínio holandês (1630-1654), que o então governador de Pernambuco pretendia converter em quartel. Iniciativa que gerou uma carta indignada do Vice-Rei, D. André de Melo e Castro, Conde das Galveias, lastimando a entrega do palácio "... ao uso violento e pouco cuidadoso dos soldados, que em pouco tempo reduzirão aquela fábrica a uma total dissolução, mas ainda me lastima mais que, com ela, se arruinará também uma memória..."<sup>15</sup>

A readaptação, na maioria dos casos, porém, é a condição para sobrevivência do edifício quando sua função original desaparece ou quando as características de sua arquitetura já não mais satisfazem às necessidades e exigências da sociedade. A história da arquitetura é uma história de substituições e a maioria dos edifícios que sobreviveram às mudanças sociais corresponde àqueles que passaram por adaptações. Os demais foram substituídos ou abandonados. Com a expulsão dos jesuítas em 1769, uma parte de seu acervo foi destruída ou descaracterizada, restando porém alguns exemplares significativos dos antigos colégios, salvos por terem sido reutilizados de forma pouco danosa. Isso ocorreu com o de Paranaguá, Paraná, transformado em quartel e, depois, em alfândega; o de Anchieta, Espírito

Santo, convertido em Câmara e Cadeia, e os de Vitória, Espírito Santo, e de João Pessoa, Paraíba, adaptados como palácios governamentais.

Até que ponto um edifício de valor cultural pode ser adaptado sem se descaracterizar irremediavelmente? De início, é necessário observar que os monumentos diferenciam-se pelo que se pode chamar de 'caráter', ou seja, o conjunto de aspectos definidores da família arquitetônica a que pertence.

Reconhece-se que há famílias de grande densidade simbólica e de explícita intenção plástica, como a arquitetura dos palácios e das igrejas. São exemplares arquitetônicos que já nasceram "monumentos", predestinados a perpetuar de forma explícita a singularidade de sua expressão plástica, independentemente dos componentes documentais que sua história lhes tenha agregado. Neles a finalidade original está solidamente impressa, dificultando atualizações na relação com o usuário, sendo, portanto, mais resistente a toda forma de renovação e adaptação.

Basta lembrar que a presença de elementos artísticos integrados – um dos traços comuns a esses edifícios –, como as pinturas ou as talhas que revestem paredes e tetos, constitui por si só empecilho a mudanças de uso para funções diversas da primitiva.

No outro extremo estão as famílias arquitetônicas dos edifícios concebidos sem maiores intenções plásticas, destinados a atender apenas às necessidades práticas, ou seja, utilitários por natureza. Seu valor como arquitetura foi um reconhecimento *a posteriori*, não nasceram "monumentos". São exemplos os antigos fortes, fábricas, estações ferroviárias, armazéns, etc, mais acolhedores a adaptações, reciclagens de uso, modernizações, principalmente se pertencerem a programas arquitetônicos que se tornaram obsoletos.

Entretanto, a maioria dos edifícios não é obra de significativa expressão artística nem espaço meramente utilitário. Constitui, porém, a maior parte das edificações que integram os sítios históricos de nossas cidades. São as casas de moradia ou mistas – moradia e comércio, térreas ou assobradadas que compõem os exemplos urbanos da arquitetura vernacular brasileira, dotados de valores específicos, seja na forma de organização espacial (documentos materiais da história do cotidiano), seja na expressão plástica (documentos materiais da

história da “arquitetura sem arquiteto”), valores a serem resgatados e protegidos.

Se para a proteção de um edifício de valor cultural não houver outra solução senão sua destinação para uma função diversa da original, impõe-se como primeira questão a avaliação da pertinência do uso pretendido em face da preservação do monumento. Em outras palavras, deve-se verificar se a nova função é condizente com as vocações daquela tipologia arquitetônica e, o mais importante, com a vocação daquele monumento. Embora reutilizações completamente diversas das funções originais tenham salvado do desaparecimento muitos monumentos, pode-se considerar que tais fatos foram excepcionais, possuindo cada tipo arquitetônico um leque finito de vocações de uso.

Assim como a tipologia arquitetônica resulta da função que a motivou, o que explica o fato de se diferenciarem externamente casas, igrejas, mercados e indústrias, por sua expressão formal, é de concluir que a função original marca definitivamente o edifício, conferindo-lhe um caráter. E, nesse sentido, não seria razoável fazer de uma moradia uma fábrica, de um mercado um templo, porque as características de cada tipologia arquitetônica impregnam definitivamente seus exemplares.

Cada obra arquitetônica pertence, portanto, a uma determinada família em que cada membro tem traços comuns que identificam uma linha vocacional. Além disso, cada edificação tem uma história própria e uma relação específica com a comunidade a que pertence, fatores que devem condicionar a escolha de uma nova função.

---

Cyro Corrêa Lyra é arquiteto, doutor pela Escola de Belas Artes da UFRJ, com especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios pelo International Center for Conservation and Preservation of monuments and sites – ICCROM, Roma, Itália, e professor titular aposentado das Universidades Federais Fluminense e do Paraná.

## Notas

<sup>1</sup> O artigo é parte integrante da tese de doutorado em História da Arte intitulada *Casa vazia ruína anuncia. A questão do uso na preservação de monumentos*, apresentada pelo autor, em agosto de 2005, na Escola de Belas Artes da UFRJ.

<sup>2</sup> Saia, Luiz. *Da Arquitetura*. Tese de concurso para provimento da cadeira de Teoria da Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1957: 5.

<sup>3</sup> Giedion, Sigfried. *Espacio, tiempo e arquitectura*. Barcelona: Ulrico Hoepli, Editor, 1955:106.

<sup>4</sup> Ceschi, Carlo. *Teoria e Storia del Restauro*. Roma: Bulzoni Editore, 1970: 40.

<sup>5</sup> Pela conceituação desenvolvida por Alois Riegl, o Coliseu torna-se um monumento ‘de rememoração’ (*Erinnerungswerte*) em seu reconhecimento como monumento histórico. Não o era de origem, pois a intenção que motivou sua edificação não era essa. Ver Riegl, Alois. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor Distribuciones. S. A., 1979: 30.

<sup>6</sup> Riegl, *op. cit.*: 69.

<sup>7</sup> “Esse valor de uso, segundo Riegl, é igualmente inerente a todos os monumentos históricos, quer tenham conservado seu papel memorial original e suas funções antigas, quer tenham recebido novos usos, mesmo museográficos. A ausência de valor de uso é o critério que distingue do monumento histórico tanto as ruínas arqueológicas, cujo valor é essencialmente histórico, quanto a ruína, cujo interesse reside fundamentalmente na ancianidade”. Choay, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001: 169.

<sup>8</sup> Igreja romana dedicada a S. Francisco.

<sup>9</sup> Depois do Forte de Copacabana não se construiu mais nenhuma fortificação, felizmente, porque a falta de serventia militar das praças fortificadas seria comprovada três décadas mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial.

<sup>10</sup> Sobre as fortificações construídas e as que chegaram ao século 20 há quatro trabalhos que merecem referência: Garrido, Carlos Miguez. *Fortificações do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940; Barreto, Annibal. *Fortificações do Brasil; resumo histórico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958; Azambuja, Diocleciano. *Evolução das fortificações brasileiras*. Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984; e o CD-ROM *Fortalezas Multimídia*, produzido pelo Projeto Fortalezas Multimídia da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

<sup>11</sup> A proprietária, Lucia Falkenberg, falecida em 1997, solicitou o tombamento em 1973, com receio de que os planos urbanísticos que estavam sendo estudados para Niterói viessem a mutilar a chácara pelo alargamento da via pública. O Iphan acatou o pedido, tendo em vista as qualidades arquitetônicas e paisagísticas do imóvel, inscrevendo o bem nos Livros de Tombo das Belas Artes.

<sup>12</sup> Sobre a história da casa e de sua restauração, ver: Ribeiro, Paulo Eduardo Vidal Leite. *A vida de uma chácara romântica, de Palacete Bartholdy a Solar do Jambeiro*. Dissertação. (Mestrado em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural). Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

<sup>13</sup> Ceschi, *op. cit.*: 45.

<sup>14</sup> Choay, *op. cit.*: 105.

<sup>15</sup> Trecho da carta enviada em 5 de abril de 1742 pelo Conde de Galveias ao governador de Pernambuco, Luís Pereira Freire de Andrade. In.: *Restauração e revitalização de núcleos históricos. Análise face à experiência francesa*. Brasília: SPHAN, 1980: 61. Ver anexo 04.

